



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

VALÉRIA TORTELLI

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO.
INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR DE
GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS ENTRE OS ANOS DE 1985 A 1995.

ERECHIM – RS
2015

VALÉRIA TORTELLI

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO.

INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR DE
GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS ENTRE OS ANOS DE 1985 A 1995.

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul

Orientador: Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Júnior.

ERECHIM – RS

2015

TORTELLI, VALÉRIA

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO:
INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL
MILITAR DE GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS ENTRE
OS ANOS DE 1985 A 1995./ VALÉRIA TORTELLI. -- 2015.
42 f.:il.

Orientador: Halferd Carlos Ribeiro Júnior.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de HISTÓRIA, Erechim,
RS , 2015.

1. INTRODUÇÃO. 2. SISTEMA DE ENSINO EM MOMENTOS DE
MUDANÇA. 3 ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO NARRATIVA DO
AUTOR GILBERTO COTRIM. 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS. 5.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. I. Júnior, Halferd Carlos
Ribeiro, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

VALÉRIA TORTELLI

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO.

INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR DE
GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS ENTRE OS ANOS DE 1985 A 1995.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para
obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Júnior.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

10 / 12 / 2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Júnior – UFFS

Prof. Dr. Mairon E. Valério

Prof. Dr. Gerson E. Severo

AGRADECIMENTOS

Chegar a esse ponto nessa longa jornada não foi tarefa fácil. Ao longo do caminho, desses cinco anos, algumas vezes enfrentamos dificuldades como o cansaço, o desânimo, a culpa; mas todas elas foram superadas e agora só resta agradecer.

Por isso agradeço a Deus, por me guiar durante toda essa trajetória. A minha família, que representa minha base, meu porto seguro, que sempre me ajudou me dando forças para seguir, pois sabiam o quando isso representava para mim, especialmente minha mãe Nilse e meu filho Davi, quero que saibam que tudo que faço é por vocês e que essa conquista também é vossa. Obrigado pela paciência, pelo incentivo, enfim por tudo que fizeram e fazem por mim, entendendo minha ausência, minhas crises, meu tempo reduzido por conta dos estudos.

Não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Erechim, e a todos os professores que passaram pela turma de História 2011; nos enriquecendo com seus ensinamentos, transmitindo muito mais que conhecimento, amizade e carinho. Agradecer em especial meu orientador Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Júnior, fundamental na elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso, sempre disposto a ajudar, com muita paciência e dedicação. A todos os meus mais sinceros agradecimentos.

E a meus colegas, que tornaram-se grandes amigos. Saibam que os guardarei no lado esquerdo do peito dentro do coração, como fala a canção, e que por mais que a vida nos leve por caminhos distintos sempre lembrarei de cada um com muito carinho.

OBS: Nossas viagens foram inesquecíveis... #dascoisasqueaHistóriametraxe.

Sucesso a todos!!!

Muito Obrigada...

“O passado como passado não é nosso objetivo (...) Mas o conhecimento do passado é a chave para entendermos o presente.” (John Dewey)

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a narrativa do autor Gilberto Cotrim sobre a Ditadura Civil Militar presente nos livros didáticos de História produzidos e publicados entre os anos de 1985 e 1995. Para compreender esse momento de transição do ensino, buscamos contextualizar o período apontando as principais transformações ocorridas no sistema de ensino a partir de 1964, e por seguinte, abordar o Ensino de História dentro do contexto da Ditadura Civil Militar; dentro desta temática debater sobre a produção e usos desse complexo material pedagógico que é o livro didático. A análise ocorreu em dois momentos nos seguintes livros: 1) para análise da fundamentação teórica do autor: *“História Geral: para uma Geração Consciente”* de 1985, e *“Educação para uma Escola Democrática”* de 1987; 2) para analisar a interpretação narrativa do tema Ditadura Civil Militar: *“História do Brasil para uma Geração Consciente”* de 1991 e *“História e Reflexão”* de 1995. Tendo como problemática, as implicações da transformação da estrutura do governo do Estado Brasileiro entre 1985 e 1995, da Ditadura Civil Militar para a Democracia, na narrativa histórica do autor Gilberto Cotrim. A estratégia metodológica aplicada consistiu na revisão bibliográfica e análise da narrativa dos livros didáticos. Inferimos, a partir do estudo realizado, que Gilberto Cotrim mobiliza conceitos marxistas para a construção de sua narrativa. Ainda, a narrativa de 1991, apresenta uma sutileza sobre o assunto Ditadura Militar e silenciamentos sobre temas polêmicos como as torturas, os assassinatos, a repressão; no entanto, em 1995, essa atitude se transforma, pois em sua narrativa apresenta uma crítica mais contundente sobre o período e todos os silêncios quebrados.

Palavras-Chave: Ditadura Civil Militar, Ensino de História, Livro didático, Gilberto Cotrim.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to analyze Gilberto Cotrim author of the narrative of the Civil Military Dictatorship present in textbooks of history produced and published between 1985 and 1995. To understand this moment of transition from education, we seek to contextualize the period pointing out the major changes that occurred in the education system since 1964, and following, approaching the Teaching of History within the Civil Military Dictatorship context; within this thematic debate on the production and uses of this complex educational material that is the textbook. The analysis took place in two stages in the following books: 1) to analyze the theoretical basis of the author: "General History: For a Conscious Generation" 1985, and "Education for Democratic School" 1987; 2) to analyze the narrative interpretation of the Civil Military Dictatorship theme "History of Brazil for a Conscious Generation" of 1991 and "History and Reflection" 1995. With the issue, the implications of the transformation of Brazilian state government structure from 1985 and 1995 of the Civil Military Dictatorship to Democracy, in the historical narrative of Gilberto Coltrim author. The applied methodological strategy consisted of literature review and analysis of the textbook narrative. We infer from the study that Gilberto Coltrim mobilizes Marxist concepts for the construction of his narrative. Still, the 1991 narrative, presents a subtlety about it military dictatorship and silences about controversial topics such as torture, murder, repression, however, in 1995, this attitude becomes, for in his narrative presents a more scathing critique over the period and all broken silences.

Keywords: Civil Military Dictatorship , History Teaching , Textbook , Gilberto Coltrim .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Destaque para Karl Marx e o Manifesto comunista no livro didático de 1985.	25
Figura 2: Conceitos Marxista na narrativa.	27
Figura 3: Coordenadas Gerais para uma pedagogia Dialética.....	29
Figura 4: Enfoque na narrativa para as críticas a classe dominantes via Darcy Ribeiro.....	30
Figura 5: Imagem ilustrativa sobre a Ditadura Militar	33
Figura 6: Protesto pelo fim da Ditadura Militar.....	35
Figura 7: Livro Brasil Nunca Mais em destaque no livro didático de 1995.	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O SISTEMA DE ENSINO EM MOMENTOS DE MUDANÇAS	14
2.1 ENSINO DE HISTÓRIA.....	16
2.2 O LIVRO DIDÁTICO.....	19
3. ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO NARRATIVA DO AUTOR GILBERTO COTRIM.	22
3.1 DO AUTOR GILBERTO COTRIM	23
3.2 ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
3.3 ANÁLISE SOBRE A DITADURA MILITAR.....	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

O livro didático é composto por narrativas históricas construídas ao longo do tempo. Leandro Karnal (2010) argumenta que as narrativas são formuladas através do tempo, que o passado existe, porém quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado, é um homem do presente. Assim sendo, uma vez produzido, todo texto histórico torna-se objeto da História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado.

Os materiais didáticos são construídos no presente, por alguém que narra o passado. Nesse recorte, a percepção da História é sempre subjetiva, construída por homens com suas próprias ideologias e concepções.

O objetivo central desse Trabalho de Conclusão de Curso, consiste em estudar a interpretação historiográfica presente nos livros didáticos do Gilberto Cotrim sobre a Ditadura Civil Militar, e os fundamentos teóricos mobilizados para a sua construção. Para atingir esse objetivo e compreender a dinâmica em que essa produção didática estava inserida, temos ainda como objetivo, apresentar o sistema de ensino e o ensino de História entre os anos de 1985 a 1995 no Brasil.

Gilberto Cotrim é um dos mais reconhecidos e renomeados produtores de livros didáticos do país e possui vasta trajetória tanto na área de História como nas áreas de Filosofia e Pedagogia. Suas produções são amplamente distribuídas por todo o Brasil.

O recorte temporal é marcado por intensas mudanças ocorridas no Brasil principalmente no final dos anos 80 e início dos anos 90, com o fim de um regime da Ditadura Civil Militar, que durou 21 anos (1964-1985) e a reabertura política em 1986.

O período conhecido como Ditadura Civil Militar, ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, período em que o controle do país esteve nas mãos dos militares, que chegaram ao poder via golpe militar, apoiados por uma parcela da população civil, como empresários e políticos influentes.

Um período caracterizado pela suspensão dos direitos constitucionais, pela censura, pela perseguição política e pela repressão.

Os militares assumiram o controle político, econômico e social, impondo leis rígidas e reprimindo com violência toda forma de resistência ao golpe. O grande objetivo do Golpe era criar um sistema que tornasse possível sua abdução e

imposição intelectual frente à população (NAPOLITANO, 2013).

A educação é permeada por aspectos políticos, que se fazem presentes através da legislação educacional, definidas de acordo com os interesses do Estado e do governo, sendo um dos aspectos que mais sofrem impactos frente às alternâncias dos mesmos. Ao longo do trabalho, veremos as principais mudanças ocorridas nessa área no decorrer dos anos, no período compreendido ao Regime da Ditadura Civil Militar e as transformações observadas com a volta da democracia ao país.

Essas mudanças educacionais ocorreram de forma mais acentuada no ensino de História. A História como disciplina escolar possui em sua essência a política, como nos aponta Bittencourt:

O objetivo da História escolar tem sido o de entender as organizações das sociedades em seu processo de mudanças e permanências ao longo do tempo, e nesse processo emerge o homem político, o agente da transformação entendido não somente como um indivíduo, mas também como sujeito coletivo; uma sociedade; um Estado; uma nação; um povo. (BITTENCOURT, 2010 p.5)

Diante disso, o ensino de história sofreu modificações, tanto em seu conteúdo, quanto em sua carga horária no período da Ditadura Civil Militar, por se tratar de uma disciplina formadora de opinião crítica, onde o homem era visto como um agente político e transformador da sociedade.

No bojo dessa dinâmica, para análise da fundamentação teórica do Gilberto Cotrim, serão analisados os livros didáticos: *“Educação para uma Escola Democrática: História e Filosofia da Educação”* de 1987; e a 3ª edição do livro *“História Geral para uma Geração Consciente”*, da Editora Saraiva. Para análise da narrativa histórica sobre o tema Ditadura Civil Militar foram selecionados os livros: *“História do Brasil para uma Geração Consciente”*, 11ª edição de 1991, e a 1ª edição de *“História e Reflexão”* de 1995, todos eles editados pela Saraiva. Na revisão bibliográfica apresentamos as leituras realizadas de autores conceituados na área do ensino de História, como Taís Fonseca, Selva Fonseca, Cicer Bittencourt, Allan Choppin, Leandro Carnal entre outros.

Os caminhos metodológicos percorridos para esse Trabalho de Conclusão de Curso foram à revisão bibliográfica, a seleção e análise das fontes mencionadas. Tendo como problemática, quais implicações da transformação da estrutura do

governo do Estado Brasileiro entre 1985 e 1995, da Ditadura Civil Militar para a Democracia, na narrativa histórica do autor Gilberto Cotrim?

Os resultados da pesquisa são apresentados em dois capítulos. No primeiro capítulo apresenta o sistema de Ensino nesse momento de intensas mudanças, destacando os impactos tanto na parte organizacional, na formação dos currículos e na forte influência na didática escolar. Nos subitens seguintes, adentramos especificamente no ensino de História no Brasil, e debatemos sobre os livros didáticos tendo como recorte temporal as décadas de 80 e 90.

No segundo capítulo, dedicamos um subitem a apresentação do autor selecionado para o trabalho de pesquisa, destacando sua importância no cenário educacional brasileiro e apresentamos os resultados das análises da interpretação narrativa dos livros didáticos do referido autor, que irá nos propiciar entender dentre outros aspectos, que concepção de História buscava ser ensinada naquele período, sua interpretação sobre o tema Ditadura Civil Militar e por fim nas considerações finais refletir sobre seus impactos no ensino de História atual.

2. O SISTEMA DE ENSINO EM MOMENTOS DE MUDANÇAS

A partir de 1964, o ensino esteve amplamente vinculado à ideia de segurança nacional e desenvolvimento econômico, que eram considerados verdadeiros pilares pelo militarismo da época.

Segundo Rodrigues (2012), o Estado brasileiro em prol de um projeto de desenvolvimento econômico tecnocrático e industrial, fez do sistema de ensino um importante e eficaz meio de propagação ideológica, para defender os interesses dominantes das classes detentoras dos meios de produção do momento.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971, o sistema de ensino no Brasil sofreu grandes impactos e mudanças. Houve uma intensa reforma na forma de atuação das escolas como um todo, desde a parte organizacional, na formação dos currículos e chegando a parte didática.

Na mudança ocorrida entre 1968 e 1971, em que as matérias Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, passaram a fazer parte da grade curricular, vinculando o ensino da História à moral e ao dever cívico, o papel do ensino da História no país passou a ser um pouco confuso, e não ter a mesma relevância de antes. Com isso, a sua carga horária foi reduzida drasticamente. (FONSECA, 2003)

Em 1969, o então presidente Médici, por meio do decreto n. 65814/69, impôs uma análise minuciosa nos textos utilizados na educação do Brasil, como forma de filtrá-los de maneira a que não incitassem os jovens à mudanças. (FONSECA, 1995). Com isso, pretendia barrar qualquer possibilidade de críticas ao Governo, frente seus atos.

Em seu artigo onde analisa a LDB de 1971, Rodrigues (2012) destaca que essa Lei, soma-se a outras formas pelas quais já havia passado a educação brasileira, entre as quais, as que a antecedem, como a LDB de 1961 e as reformas universitárias de 1968; e conclui que especificamente na LDB de 1971, a parte de formação especial do currículo, tinha como objetivo a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local e regional.

Ainda em 1971, com a criação da área de Estudos Sociais, ocorreram mudanças, tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio.¹ Foram delimitadas duas grandes áreas de atuação do ensino como um todo. Na primeira, haveria uma

¹ Em 1971 se utilizava a nomenclatura: Ensino de 1º e 2º Grau. Com a LDB de 1986 passou a se nomear Ensino Fundamental e Médio.

junção das matérias de Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais. Na outra, seria aplicado Educação Artística, Educação Física e Educação Moral e Cívica.

Os conteúdos passaram a fazer apologia ao Regime, não permitindo retaliações, já que o ensino era direcionado. A História passou a ser um mero informativo de fatos e personalidades consideradas significantes pelo Governo. Somente assim, a sociedade ficaria livre de conflitos e de acordo a tudo que lhe era imposto.

O ensino de História passou a ser tratado de forma restrita no que tangia a formação e a atuação dos professores da disciplina. A ideia do Regime era organizar as grades curriculares de forma que o Governo pudesse exercer de forma ativa, um amplo controle ideológico, findando assim com qualquer ameaça de resistência frente ao Regime. A hierarquia era levada ao extremo, em uma nova organização, na qual o ensino da História se adequava a parte mais tradicional possível, onde as pessoas eram influenciadas a acreditar que as medidas impostas, tanto econômicas, quanto políticas eram necessárias. (FONSECA, 1995)

Na ótica dos militares, se as pessoas não possuíssem as formas didáticas em seus estudos, nem informações que pudessem causar um desejo de questionamento aos acontecimentos ao seu redor, o poder da população ficaria restrito. Sendo assim, foi realizada uma nova organização frente aos estudos da História, de maneira que não houvesse comprometimento do programa proposto pelo governo, e onde os próprios docentes, fossem formados e induzidos a atuarem dentro dessas novas normas:

Essa intervenção pode ser constada particularmente em dois aspectos: na desqualificação dos professores, sobre tudo na área de Ciências Humanas, e na reorientação dada as disciplinas afins – a História em particular – desde a diminuição de suas cargas horárias até a redefinição de seus conteúdos. No primeiro caso, a intervenção deu-se através da implantação das licenciaturas curtas, com o intuito de atender as carências do mercado, bem como a fusão da História e da Geografia, com a criação de cursos de Estudos Sociais, que por sua vez ocasionou um empobrecimento da qualidade, formando professores pouco aparelhados teoricamente, tanto em história, quanto em geografia (FONSECA, 1995, p. 41).

Nessa época tentou-se de todas as formas repelir o pensamento crítico, não incentivando a emancipação do educando, e tão pouco preparando para a cidadania; mas sim, praticando a educação voltada para retroalimentar a economia e os anseios dos tecnocratas de então, buscando prepara o educando para a iniciação profissional.

O ensino da História passou a ser visto como um mero coadjuvante frente a toda a repressão da época. Analisando em retrocesso, percebemos que o Ditadura Civil Militar², impôs essas duras regras por tantos anos, foi um período nebuloso e conturbado para a Educação.

Com a chegada dos anos oitenta, no alvorecer da redemocratização política, a educação volta a sofrer mudanças em suas estruturas. O sistema escolar teve seu papel redefinido como nos aponta HORN E GERMINARI (2010):

Toma-se como parâmetro de análise as mudanças ocorridas na política educacional na década de 1980 e, com elas, o surgimento e a afirmação da pedagogia histórico-crítica, a qual, com o processo de consolidação da abertura política, tornou-se um dos fatores decisivos na revisão e reconceptualização do saber escolar como um todo, definindo, principalmente, seu papel no contexto social, político e econômico da sociedade brasileira. (HORN E GERMINARI, 2010, p.7)

Os autores destacam ainda que, impõe-se teoricamente a necessidade de renovar as concepções e as metodologias do ensino, o que é determinado pelas mudanças de concepção de homem, de sociedade e de ciência, que vinham ocorrendo em função da transformação das relações sociais daquele momento histórico. (HORN E GERMINARI, 2010)

Percebe-se então que algumas práticas escolares, rompem com as modalidades tradicionais de ensino, tanto no sentido de sua concepção como da metodologia empregada. Exemplo disso aconteceram nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, os quais apresentaram mudanças significativas em seus currículos escolares, separando a disciplina de Estudos Sociais, em História e Geografia, o que possibilitou aprofundar ainda mais o estudo em cada disciplina.

A descentralização, a flexibilidade dos currículos, a autonomia das unidades escolares, o estabelecimento de um processo de avaliação externa sobre os sistemas de ensino, são alguns dos conceitos incorporados nas reformas mais recentes dos sistemas de ensino.

2.1 ENSINO DE HISTÓRIA

As décadas de 1980 e 1990 representaram um grande avanço no ensino de

² O termo Ditadura Civil Militar se tornou consenso entre Historiadores, visto as características do golpe, que contou com a participação de parte da população civil e do Exército Militar.

História. Cresce o número de pesquisas científicas cujo objeto de estudo é o Ensino e Aprendizagem em História e passou-se a valorizar os saberes e as práticas educativas. Nessas décadas também se registram as edições dos Eventos Nacionais na área do Ensino de História como destaca SILVA E FONSECA:

Importantes eventos começaram a ocorrer em todo o Brasil como: o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, promovido pela primeira vez na Universidade de São Paulo em 1988, e o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História em 1993, na Universidade Federal de Uberlândia. Tais eventos passaram a ser realizados de dois em dois anos em diferentes cidades do Brasil, tornando-se importantes espaços de formação continuada, troca de experiência científica e didática. (SILVA E FONSECA, 2010, p.14)

As autoras destacam ainda que a produção acadêmica e as publicações sobre ensino de História se ampliaram, assim como muitas problematizações relevantes sobre o tema, por diferentes agentes e instituições, procurando responder a questões emergentes nesse campo de análise. (FONSECA E SILVA, 2010)

A história da disciplina de História tem sido objeto de vários estudos em diversos âmbitos, tanto na pesquisa, como na produção de livros didáticos, na legislação e na formação de professores. Observa-se que em diferentes contextos da história do Brasil, é possível dimensionar a preocupação do Estado com a institucionalização de currículos e programas de História. Profundas mudanças ocorreram na política educacional e no ensino de História, conquistadas no processo de luta entre as décadas de 1980 e 1990 entre elas:

A extinção das disciplinas EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social e Política) e EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros); os cursos superiores de Licenciatura Curta em Estudos Sociais também, paulatinamente, foram extintos; e, a partir de 1994, a avaliação dos livros didáticos dos quatro anos iniciais do ensino fundamental. Esse processo foi institucionalizado, ampliado e desenvolvido de forma sistemática nos governos posteriores. (FONSECA E SILVA, 2010, p17)

Os debates referente ao Ensino de História se intensificaram nos anos 90, em momentos de elaboração e implantação de novos currículos, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, e os Diretrizes Curriculares para o ensino superior.

Como citado anteriormente, o Ensino de História possui em sua essência política. Por essa razão, o mesmo terá seus objetivos regidos pelos valores de cada época. O ensino de história foi objeto de intenso debate, lutas políticas e teóricas no contexto de resistência à políticas educacional na ditadura civil militar brasileira.

Segundo Silva e Fonseca:

...isso significou refletir sobre o estado do conhecimento histórico e do debate pedagógico, bem como combater a disciplina de “Estudos Sociais” e a desvalorização da História, os currículos fragmentados, a formação de professores em Licenciatura Curtas e os conteúdos dos livros didáticos difundidos naquele momento, processo articulado às lutas contra as políticas de precarização da profissão docente.(SILVA E FONSECA, 2010, p. 51)

Em seu artigo intitulado Ensino de História no Brasil, Carlos Leonardo Mathias (2011), destaca que no período da Ditadura Militar, a história prostrou-se a serviço do aparelho de reprodução dos valores da classe militar dirigente, atuando como veículo de reprodução da memória dessa mesma classe.

O autor ainda conclui que, com a redemocratização em 1985, inaugura-se o “tempo de repensar”. (MATHIAS, 2011) A disciplina história deixava de ajustar-se aos interesses do Estado autoritário para ser prostrada ao serviço da sociedade democrática.

A disciplina ganhava novos objetivos, como preparar cidadãos para uma sociedade democrática (FONSECA, 2003). O ensino de História se modificava para atender uma demanda cada vez mais crescente de filhos de trabalhadores de diferentes realidades sociais.

Nesse período, a História foi chamada a exercer a função de crítica da sociedade, atenta a seus conflitos e às suas diferenças inclusive às diferenças de classe.

Ainda sobre o período de redemocratização, a autora destaca que o pensamento Marxista exerceu forte influência no ensino de História, pois via o aluno como um ser social, um indivíduo sujeito da História, que precisava desenvolver uma consciência histórica-social a fim de desempenhar seu papel nas transformações social e política. (FONSECA, 2003)

No final dos anos 80 e início dos anos 90 a historiografia brasileira acelerava um significativo processo de renovação, expondo a influência cada vez mais nítida da chamada “Nova História”, tendência em crescente desenvolvimento dentro do ensino

de História.

A partir do momento em que o debate sobre o ensino de História considerava cada vez mais conscientemente seus vínculos com a produção historiográfica, não demorou muito para que as propostas curriculares passassem por avaliações críticas e que novas propostas surgissem, fossem elas de caráter oficial ou formuladas na prática docente. Não havendo, legalmente a obrigatoriedade do uso dos programas oficiais, os professores e os autores dos livros didáticos dispunham de maior liberdade de ação, o que contribuiu para maior ousadia na produção de programas e de conteúdos para o ensino de História. (FONSECA, 2004, p. 66)

Nesse sentido observamos que a atuação dos professores, principalmente no ensino de História, detém um papel muito importante na sociedade, pois tem por compromisso a formação dos alunos para a cidadania, que segundo Pinsky:

“...ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.”(PINSKY, 2008, p. 9)

Entender a História dessa forma é fazer o aluno se perceber não como um ser passivo, mas como um agente capaz de transformar a história; entender o passado para criticá-lo; e não simplesmente aceitá-lo; partindo da noção de que os homens fazem a História e são produtores de seus próprios conhecimento histórico.

2.2 O LIVRO DIDÁTICO

Dentro do Ensino de História é indispensável destacar que há anos, o livro didático tem assumido o papel principal na prática educativa, atitude que gera uma complexa discussão. Esse importante material escolar, tem sido objeto de debate nos últimos tempos, tanto pela forma como apresenta o conteúdo, tanto pelo uso feito pelo professor em sala de aula.

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de tantas transformações na sociedade, ele ainda possui uma função relevante para os estudantes, na missão de atuar como mediador na construção do

conhecimento. Apresenta-se como um instrumento de trabalho do professor, fazendo parte do cotidiano escolar a pelo menos dois séculos. Pode ser definido como um objeto cultural bastante complexo, principalmente por sua carga histórica. “É um objeto de múltiplas facetas, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências” (BITTENCOURT, 2011).

A importância do livro didático, reside na explicação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica. (BITTENCOURT, 2011). O livro didático tem sido o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolar.

Outra preocupação com esse complexo objeto diz respeito a ideologia, sabendo que o livro didático:

...é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (BITTENCOURT, 2010, p. 72)

Percebe-se nos debates ocorridos principalmente entre a década de 1990, o confronto entre diferentes concepções de História, no caso dos livros didáticos, as discussões se aprofundaram quando estes passaram a ser avaliados por comissões do Ministério da Educação em 1994.

É importante destacar que no Brasil, as políticas públicas para o livro didático são representadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Este programa foi criado em 1985, tendo como objetivo a aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do ensino fundamental, sendo que a política de planejamento, compra, avaliação e distribuição do livro escolar é centralizada no governo federal.

Segundo MEC (Ministério da Educação)³ para serem utilizados nas escolas, os livros didáticos, são avaliados segundo três critérios básicos: a falta de erros conceituais; a coerência teórica-metodológica no conteúdo e nas atividades propostas; e a contribuição para a cidadania, sem expressar preconceito, doutrinação ou publicidade. O MEC estabelece convênios com universidades federais para realizar

³ Fonte: Portal do MEC – Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>.

a avaliação. É elaborada uma comissão técnica, composta por especialistas em cada área e as editoras precisam indicar os livros ao MEC, pelo menos, dois anos antes da avaliação.

Posteriormente essa avaliação é publicada no Guia Nacional do Livro didático, e através desse, professores e coordenadores de cada escola, podem escolher duas obras para serem utilizadas durante os próximos três anos.

De acordo com Bittencourt:

O livro didático é um objeto da cultura escrita bastante corriqueiro e familiar, mas de complexa definição. Isso ocorre, pois sua função será determinada pelo uso que será feito desse. Em razão disso, congrega o status de mercadoria e de veículo de conhecimento e ideias, tornando-o, mesmo quando pouco usado pelos professores, um importante meio de aquisição de conhecimento por parte dos alunos que a esse tem acesso. A ampla distribuição de coleções didáticas, na rede pública de ensino brasileira, contribui para que os alunos de toda a educação básica tenham a possibilidade de um convívio intenso com esses livros, ocorrido não apenas no espaço escolar, mas também fora deste, pois, normalmente, podem levá-los para casa. Seu caráter de manual de instruções e sua popularidade junto a docentes e discentes ajudam a torná-lo possivelmente o mais importante material prescritivo no âmbito educacional. (BITTENCOURT, 2004, p. 34)

É imprescindível lembrar que o livro didático representa “uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente a lógica do mercado” (BITTENCOURT, 2010)

Nesse sentido Munakata (2005) aponta que: “A produção de livros didáticos atende as exigências do mercado, as quais se orientam segundo as mutações da sociedade.”

Concordamos com CAIMI (2010) quando afirma que:

(...) este objeto cultural mobiliza inúmeros atores sociais na sua produção, circulação e consumo, tais como gestores educacionais, pesquisadores, professores, estudantes e suas famílias, políticas educacionais públicas, mercado editorial, mídia, enfim, o conjunto da sociedade brasileira. (CAIMI, 2010 p.103)

Muitas foram as críticas proferidas sobre o livro didático, entre elas as que acusam o livro didático de ser um material muito limitado, e carregado de ideologias. FREITAG (1989) afirma que professores e alunos acabam tornando se escravos do livro didático. Ao invés de o utilizarem como instrumento de contribuição para o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e de contra ideologia, acabam tornando o roteiro principal, ou exclusivo, do processo de ensino aprendizagem.

Outra importante questão é os silêncios presentes nos livros didáticos. Os silêncios ou inexistência de fatos, também nós representa algo relevante. Sobre esse tema Choppin (2004) destaca que:

Não é suficiente, no entanto, deter-se nas questões que se referem aos autores e ao que eles escrevem; é necessário também prestar atenção àquilo que eles silenciam, pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela. (CHOPPIN, 2004, p. 53)

Em síntese, o livro didático tornou-se um instrumento importantíssimo para a consolidação e disseminação de uma memória histórica determinada que, por sua vez, marca fortemente a representação de passado de gerações inteiras que passam pela escola. Acompanhando a trajetória do livro didático é possível identificar também as memórias privilegiadas e silenciadas em seus desdobramentos. (SILVEIRA, 2015)

Entretanto é preciso ressaltar que os livros didáticos são apenas um dos instrumentos metodológicos disponível para o uso dos professores em sala de aula. E o mais importante, quando refletimos sobre o uso do livro didático, é a capacidade crítica que esses professores desenvolvem, ou não, para que não se transformem em meros seguidores das orientações contidas nestes materiais didáticos. Citando novamente Bittencourt (2010) “o bom livro didático é aquele usado por um bom professor”.

3. ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO NARRATIVA DO AUTOR GILBERTO COTRIM.

Quando ocorrem ao longo da história fatos e eventos que tratam de assuntos traumáticos, a abordagem dada sobre o tema se altera significativamente segundo a visão que decorre sobre os mesmos. Autores, estudiosos e pesquisadores buscam fontes sobre os fatos ocorridos, seja na esfera testemunhal, quanto segundo documentos e publicações sobre o tema.

Dessa forma, quando se analisam esses fatos dentro dos livros didáticos de História, ainda mais frente a um período onde ocorreram tantas mudanças e restrições, os temas passam por certas subjetividades por parte dos autores, de forma que se observam, opiniões, relatos, descrições e análises. Este é o caso do tema Ditadura Civil Militar no Brasil, sob esse prisma.

Em meio a essas questões, que envolvem a história e a memória, os autores dos livros didáticos de História se veem diante da demanda de constituir uma

narrativa que sintetize a história e inclua cada processo em sua narrativa sobre a nação. Nos critérios colocados para a produção dessa história, as narrativas tratam de um tema traumático e recente como é o caso da Ditadura Militar, construídas a partir de elementos da memória social e da história. Tratam da experiência dos sujeitos, contada pela memória, e da reflexão histórica sobre essa experiência. (SILVEIRA, 2005 p. 11)

Para a realização dessa pesquisa foram selecionados livros didáticos do autor Gilberto Cotrim, entre os anos de 1985 e 1995. Os livros didáticos produzidos pelo autor selecionado, são recorrentemente aprovados pelo MEC – Ministério da Educação, através do processo de avaliação do livro didático, e amplamente distribuídos pelo país.

3.1 DO AUTOR GILBERTO COTRIM

O autor do livro didático, bem como o mercado editorial, possui um papel de agente na sociedade em que atua, como destaca Allan Choopin:

Conclui-se que a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. (CHOPPIN, 2004, p 28)

O trabalho de análise dos livros didáticos, vem no intuito de investigar as alterações na forma como os novos acontecimentos nacionais são narrados e interpretados pelo autor selecionado para esse estudo, Gilberto Cotrim.

Nascido em São Paulo no dia 5 de março de 1955, Cotrim graduou-se em História pela Universidade de São Paulo e é mestre em Educação e História da Cultura pela Universidade Mackenzie também de São Paulo. Também é advogado inscrito na Ordem dos advogados do Brasil (OAB-SP) e cursou filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Além disso, foi presidente da Associação Brasileira dos Autores de livro Educativo.⁴

⁴ Fonte disponível em: www.saraiva.com.br/gilbertocotrim. Foram realizados contatos com a editora Saraiva, mas a mesma não forneceu demais informações sobre anos de publicações nem demais dados sobre a biografia do autor Gilberto Cotrim.

Publicou diversos livros pela Editora Saraiva entre eles, *“História Global”*, *“História e Consciência do Mundo”*, *“História e Reflexão”*, *“Coleção Saber e Fazer”*, *“Fundamentos da Filosofia”*, *“Fundamentos da Educação”*, *“Fundamentos do Direito”* entre outros títulos. Esses livros foram amplamente distribuídos para escolas públicas pelo país através de programas do governo federal, chegando a sala de aula de diversas cidades do Brasil.

A análise da narrativa, tem por objetivo central identificar dois aspectos: em que fundamentação teórica baseia-se a construção da narrativa do autor Gilberto Cotrim, e qual a sua interpretação historiográfica sobre o tema ditadura Civil Militar.

Outros objetivos subjacentes serão observados, como, se a proposta do livro de Gilberto Cotrim aponta para uma manutenção da ordem estabelecida, ou se possui alguma limitação para uma construção crítica do saber. E ainda se a narrativa histórica é pautada pelos valores de uma classe dominante e do positivismo ou se já apresenta pontos de uma nova historiografia, fugindo da historiografia tradicional, como por exemplo, a Marxista, teoria bastante difundida na época da redemocratização.

3.2 ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

Para analisarmos a fundamentação teórica do autor Gilberto Cotrim, procuramos observar aspectos na construção narrativa, tendo como fonte os livros didáticos: *“Educação para uma Escola Democrática - História e Filosofia da Educação”* de 1987; e a 3ª edição do livro *“História Geral: para uma Geração Consciente”*.

O primeiro livro didático selecionado para análise desse tema, trata-se da terceira edição do livro *“História Geral: para uma geração consciente”*, publicado pela editora Saraiva em 1985, ano que trouxe importantes mudanças no Brasil, marcando o fim da Ditadura Civil Militar e a volta da democracia ao país.

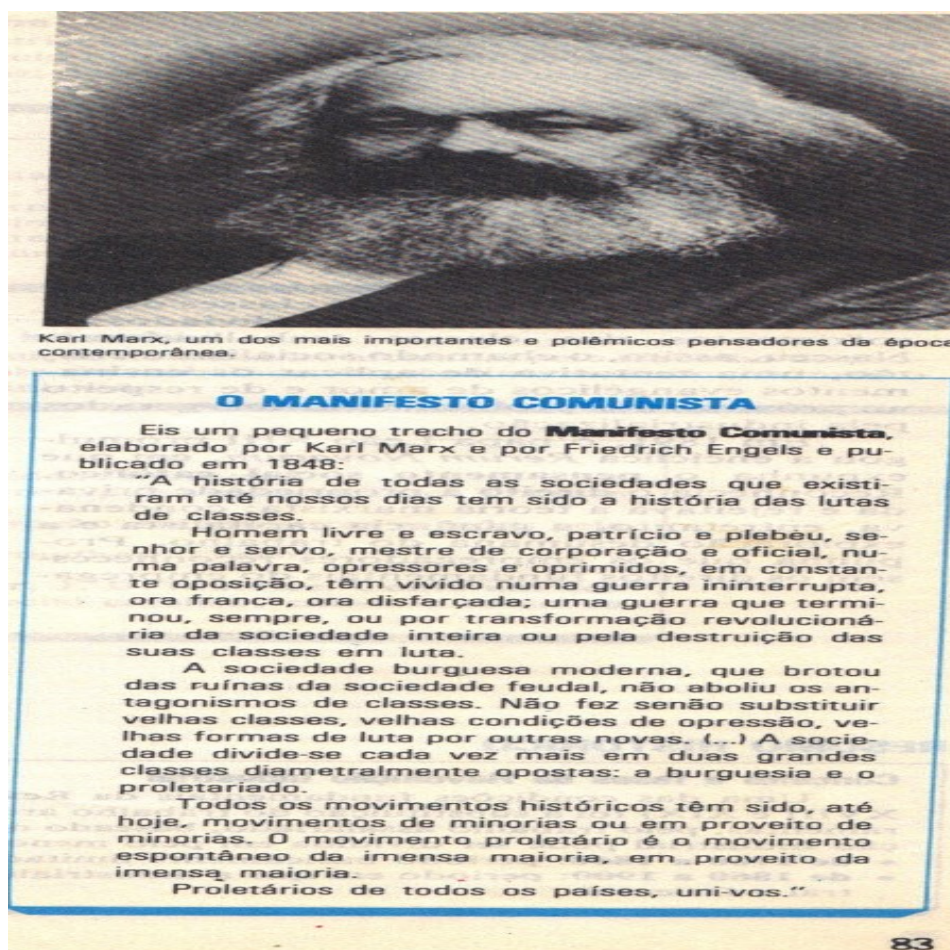
Esse livro didático é direcionado para alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, possui 144 páginas sendo seu conteúdo apresentado de forma resumida, com um grande número de imagens e mapas coloridos, perpassando todo o livro. Trabalha conteúdo da Era Moderna e Contemporânea, não contendo a História do Brasil.

Esse material didático, nos auxiliará compreender a fundamentação teórica do autor, na medida em que apresenta o seu posicionamento quando trabalha com tema como o Comunismo, o Capitalismo, as Tensões entre Países Ricos e de Terceiro

Mundo, o Imperialismo, a Guerra Fria, os Conflitos na América Latina entre outros assuntos.

Destacamos alguns aspectos da narrativa, como a apresentação e explicação das doutrinas sociais e econômicas, destacando a figura de Karl Marx, criador da Teoria Marxista⁵, o qual Gilberto Cotrim (1985, p.83) define como “um dos mais importantes e polêmicos pensadores da época”, seguido de um quadro com o texto “Manifesto Comunista”.

Figura 1: Destaque para Karl Marx e o Manifesto comunista no livro didático de 1985.



Fonte: História Geral: para uma geração mais consciente, COTRIM, Saraiva, 1985.

⁵ Essa teoria foi concebida por Karl Marx (1818 – 1883), e teve uma colaboração ideológica e financeira de Friedrich Engels (1820 – 1895). Criada, em meio a agitação do estado Alemão na primeira metade do século XIX essa doutrina se compõe de uma teoria científica, o materialismo histórico, e de uma teoria filosófica, o materialismo dialético. Segundo o materialismo, o mundo material é anterior ao espírito e este deriva daquele. Marx chama de infraestrutura a estrutura material da sociedade, sua base econômica, que consiste nas formas pelas quais os homens produzem os bens necessários à sua vida. A teoria social de Marx, pois, tem como objetivo a sua ultrapassagem revolucionária: é uma teoria de sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que assenta na dominação do modo de produção capitalista. (NETTO, 2006, p. 19). O marxismo influenciou a historiografia, principalmente entre as décadas 1980 e 1990.

Outra figura em destaque no livro de 1985 é de Che Guevara.⁶ O texto de meia página, é sucinto, dando destaque ao guerrilheiro, marxista convicto e confesso que lutou contra o ditador Fugêncio Batista no ano de 1959 em Cuba.

A narrativa é construída apresentando os principais fatos políticos e econômicos da Era Moderna e Contemporânea. O autor destaca as Grandes Revoluções, os Sistemas de Governo, a Divisão do mundo entre Capitalismo e Socialismo, tendendo sempre para uma explicação econômica.

Em explicação sobre os fatores que conduziram à expansão colonialista do século XIX, por exemplo, sua narrativa destaca os Planos Econômico, Político e Ideológico. Desta forma o autor procura explicar o contexto da expansão colonialista seguindo esses três viés.

- No Plano Econômico: A competição econômica obrigava as nações industrializadas a controlar as fontes fornecedoras de matérias-primas industriais situadas na África e na Ásia. Além disso, a conquista de colônias proporcionava o controle privilegiado de um mercado consumidor para os produtos industrializados.

- No Plano Político: O clima de rivalidade entre as potências industriais europeias levou à conquista de territórios estratégicos em diversas partes do mundo, como medida de segurança nacional.

- No Plano Ideológico: Justifica-se a conquista colonial da África e da Ásia como um direito natural de expansão da civilização europeia. Dizia-se que essa civilização era culturalmente superior às demais, pois tinha como base um povo de raça branca, cristão e tecnicamente desenvolvido. Sabemos que essas teses de superioridade cultural não possuem bases científicas. Entretanto, cumpriram seu papel, criando argumentos para justificar a exploração desumana dos diferentes povos africanos e asiáticos. (COTRIM, 1985, p. 125)

No capítulo em que trabalha o tema Revolução Industrial, o autor emprega os conceitos de burguesia, proletariado e a divisão de trabalho, - conceitos de fundamentação marxista - na explicação sobre o Sistema Capitalista que se constituía

⁶ Existe concordância em que o Che chegou ao México depois de sua experiência na Guatemala de Arbenz, já era um marxista “convicto e confesso”, tanto do ponto de vista teórico, como político. (...) O marxismo do Che está marcado por dois elementos fundamentais: de um lado, a ideia de que a contribuição de Marx consiste em construir uma teoria e uma prática políticas em torno da necessidade de unir conhecimento da realidade com sua transformação; de outro, que a especificidade do comunismo marxista consiste em mostrar a possibilidade de construir uma sociedade nova, partindo das contradições existentes no capitalismo e pondo o ser humano, pela primeira vez na história, em condições de determinar conscientemente o seu futuro. O planejamento social não é para o Che mais um instrumento, é a possibilidade de “domar o destino”. O mérito de Marx é, para o Che, sua capacidade de conhecer e interpretar a história, para detectar os conflitos sociais básicos e projetar tendências políticas alternativas numa perspectiva transformadora. (PÉREZ, 2001, p.41)

naquele período.

Figura 2: Conceitos Marxista na narrativa.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial exerceu enorme influência na história do mundo contemporâneo. Entre as principais consequências associadas à Revolução Industrial, podemos destacar as seguintes:

- A crescente urbanização da sociedade ocidental e a progressiva decadência da sociedade rural;
- A substituição do trabalho do artesão livre pelo trabalho do proletário assalariado;
- A intensa divisão do trabalho nas fábricas, exigindo a especialização de funções do trabalhador;
- O aumento da população urbana, ampliando os mercados consumidores;
- O aumento da produção em série, com o aparecimento de uma grande e progressiva variedade de produtos industriais.



Uma das primeiras linhas de trem movimentado por locomotiva a vapor.

- O extraordinário desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, atendendo às exigências do capitalismo industrial. Constituem marcas desse desenvolvimento a invenção do navio a vapor, da locomotiva e do telégrafo.

Fonte: História Geral: para uma geração consciente, COTRIM, Saraiva, 1985.

Nas últimas páginas do livro didático o autor aborda o tema *Tensão entre Países Ricos e do Terceiro Mundo*, entre eles o Brasil. Gilberto Cotrim utiliza em sua narrativa as palavras, explorados e exploradores para explicar a divisão socioeconômica do mundo.

Cotrim crítica contundentemente a dinâmica do sistema capitalista, considerando um sistema que produz injustiça, fome e miséria. Como denota a citação abaixo:

“...é esse terrível sistema de exploração, patrocinado pelo capitalismo financeiro internacional, que conduz ao crescente endividamento externo de diversos países do Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil.”. Enquanto persistir esse sistema de injustiças, de fome, de miséria assolando mais da metade da Humanidade, haverá sempre um foco potencial de guerras e de conflitos entre os homens. (COTRIM, 1985, p. 138)

Porém, Cotrim mostra-se otimista e confiante na formação de uma geração consciente para lutar por uma sociedade melhor:

“Apesar das gigantescas dificuldades, a construção de um mundo melhor é uma luta que deve ser assumida pelas **gerações conscientes**. Afinal parafraseando o poeta Fernando Pessoa, **lutar vale a pena, se a alma não é pequena**.” (COTRIM, 1985, p. 139) (grifo do autor)

E ainda, na contra capa de seu livro, o autor deixa uma mensagem para as próximas gerações, destacando o tempo presente e o desenvolvimento de uma consciência crítica: “Aprenda a pensar com sua própria cabeça, edifique sua personalidade de forma aberta, crítica e cada vez mais consciente dos problemas humanos e sociais.” (COTRIM, 1985, p. 144)

Formar uma geração consciente para os anos vindouros, era o que almejava o livro didático escrito por Gilberto Cotrim editado em 1985, ano emblemático para o Brasil que precisava se redefinir como nação democrática.

Características como essas apresentadas apontam para uma forte influência da teoria marxista na construção da narrativa desse livro didático.

No contexto das transformações ocasionadas pela crise do Regime Militar pós 1964, o ensino de História encontrou-se diante do dilema de permanecer a difundir a chamada “história oficial” ou de renovar seus objetivos e suas abordagens, seguindo a direção dos ventos que partiam do processo de democratização do país entre 1980 e 1989.

Ainda dentro dessa proposta de analisar a fundamentação teórica do autor, selecionamos o segundo livro didático publicado em 1987, voltado para o Ensino Técnico, “*Educação para Escola Democrática: História e Filosofia da Educação*”. Esse livro de 305 páginas, não contém figuras nem imagens ilustrativas, contento um texto denso e atividades no final de cada capítulo.

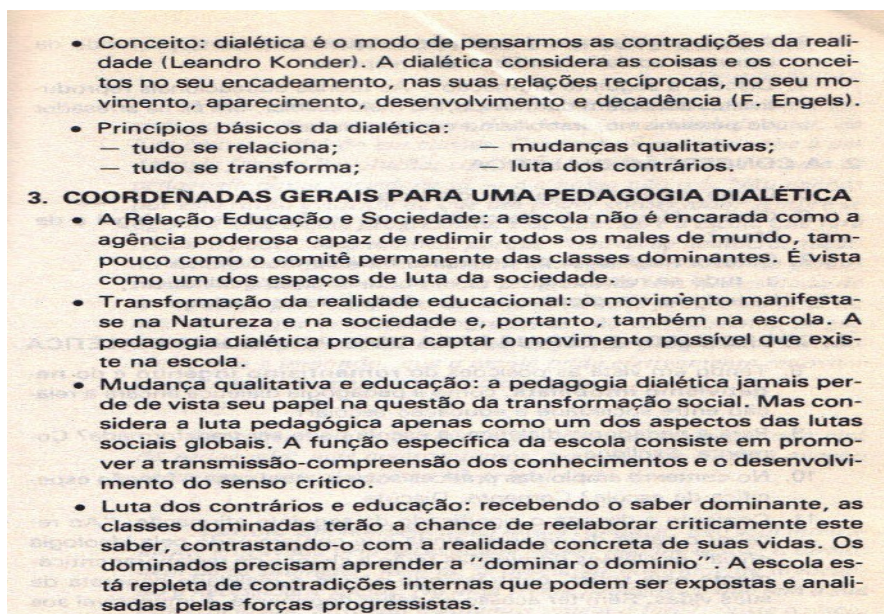
Na narrativa desse manual didático, o autor faz um levantamento sobre o papel da educação no decorrer da história. Realiza um debate pedagógico, a fim de estimular a reflexão crítica sobre a realidade educacional e contribuir para a construção de uma escola democrática.

Nesse importante livro didático Gilberto Cotrim, procura oferecer um primeiro contato de forma abrangente, com os estudos de História e Filosofia da Educação.

Apresentamos alguns aspectos desse livro didático direcionado para o Ensino Técnico, a fim de identificarmos a base teórica da narrativa.

Um ponto a ser destacado, diz respeito a crítica à pedagogia tradicional e a apresentação e debate as concepções dialéticas. O autor explica os princípios básicos da dialética e traça as coordenadas gerais para uma pedagogia dialética.

Figura 3: Coordenadas Gerais para uma pedagogia Dialética.

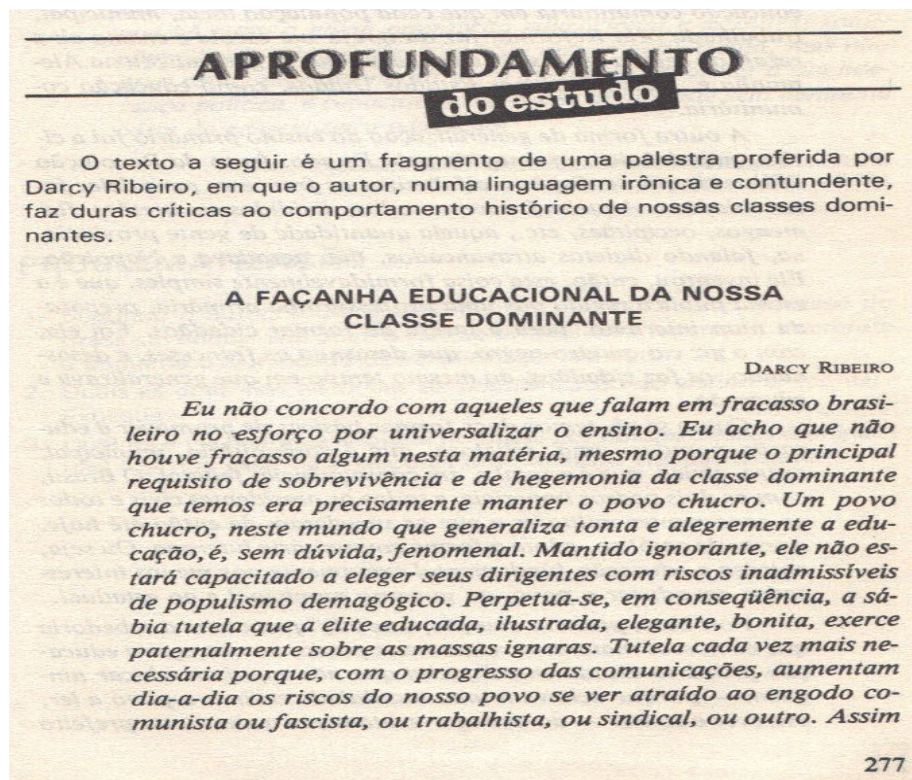


Fonte: Educação para uma Escola Democrática: História e Filosofia da Educação, COTRIM, Saraiva, 1987.

Em sua narrativa, o autor trabalha com a ideia de luta de classes sociais, apontando a educação como um meio de transformação social. A narrativa destaca a relação dialética entre as lutas pedagógicas e as lutas sociais e procura romper a postura imobilista decorrente das teorias sobre a função reprodutoras da escola.

Outra recomendação para aprofundamento do estudo, traz o texto do antropólogo político, Darcy Ribeiro, destacando as duras críticas desse autor às classes dominantes.

Figura 4: Enfoque na narrativa para as críticas a classe dominantes via Darcy Ribeiro.



Fonte: Educação para Escola Democrática: História e Filosofia da Educação, COTRIM, Saraiva, 1987.

Em seu último capítulo intitulado História da Educação Brasileira o autor apresenta a Educação e o Regime Militar, em sua narrativa explica como o Regime Militar utilizava a educação a serviço do sistema, divulgando a nova ideologia condizente com os interesses do capitalismo.

O autor faz uma dura crítica a educação tecnicista, as precárias escolas que segundo ele é espaço de incoerência e contradições.

Não existe na pedagogia tecnicista adotada quaisquer preocupação de questionamento sócio-político do conteúdo do ensino. Aprender significava basicamente modificar o comportamento do aluno de modo que ele saiba operar de forma técnica, prática, com o conteúdo ensinado. (COTRIM, 1987 P. 297)

Apresenta a pedagogia crítico – social dos conteúdos como uma forte corrente pedagógica que ganhou expressão a partir do início dos anos 80, a qual valorizava o papel social da escola pública. Destaca ainda em sua narrativa, para a pedagogia

libertadora do autor Paulo Freire, que entendia a educação como um ato político de compromisso social pelo fim da opressão.

Se tratando de um material didático, voltado para futuros profissionais da educação, Cotrim busca pensar a História da Educação de forma crítica, servindo assim como um manual para os novos tempos.

Em análise de sua narrativa nos livros didáticos direcionados a questão da fundamentação teórica, podemos apontar para a forte influência da Teoria Marxista. No primeiro livro analisado, destacamos o viés político e econômico, apresentando uma divisão socioeconômica do mundo na construção de sua narrativa. Já no segundo livro didático, percebemos a preocupação com a formação de um novo cidadão ativo/reflexivo, necessidade que surge naquele momento histórico de redemocratização do país, ambos norteados pela influência das teorias Marxistas, que ganhava cada vez mais adeptos naquele período, base para o saber histórico Marxista que surgiu como alternativa ao saber histórico positivista tradicional.

Para Silva do Carmo (1991) o saber histórico escolar positivista legitima a ordem estabelecida e a dominação do proletariado pela burguesia, enquanto o saber histórico Marxista questiona a ordem e está imbuído de esperança, o qual por meio de uma revolução engendra a possibilidade de transformação social.

Gilberto Cotrim, optou por traçar um novo caminho, o da história crítica, com influências da Teoria Marxista presente em sua obra. O autor fundamenta sua narrativa no Marxismo, utilizando conceitos como: Burguesia e Proletários, Explorados e Exploradores, Luta de Classes, Infraestrutura, Supraestrutura, Sistema Capitalista e Socialista.

3.4 ANÁLISE SOBRE A DITADURA MILITAR

Para análise da interpretação narrativa sobre o tema Ditadura Militar⁷ foram selecionados os livros didáticos: *“História do Brasil para uma Geração Consciente”*, 11ª edição de 1991, e a 1ª edição de *“História e Reflexão”* de 1995.

O primeiro livro analisado observando esse viés, trata-se da 11ª edição do Livro Didático *“História do Brasil para uma geração consciente”*, de 1991, publicado pela editora Saraiva. Nesse livro didático destinado ao 2º Grau, é trabalhada a História do

⁷ Em sua narrativa Gilberto Cotrim utiliza o termo Ditadura Militar, para designar o período de 1964 a 1985.

Brasil. Possui 214 páginas, sendo 5 dedicadas ao tema Ditadura Militar, apresenta imagens e mapas em preto e branco que ilustram o texto narrativo.

Na apresentação do livro é possível perceber as mudanças que ocorreram das versões anteriores: “...esse livro ganha em qualidade no enfoque historiográfico moderno, crítico e conscientizador, aliando a um texto claro e sintético.” (COTRIM, 1991, p. 3)

Nessa edição, pela primeira vez Cotrim aborda o tema Redemocratização, após seis anos de sua primeira edição. Essa informação é fundamental para entendermos a trajetória do tema Ditadura Militar nos livros didáticos no Brasil, demonstrando que o mesmo não estava inserido em edições anteriores, mas que agora exigia destaque: “Esse capítulo era uma exigência de atualização perante o ensino de uma história que segue viva e vibrante.” (COTRIM, 1991, p.3)

Devido as mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 80, surgiu a necessidade de ajustes nos materiais didáticos que eram distribuídos por todo o país.

Autores da linha mais tradicional, que publicavam livros há muitos anos, tentaram acompanhar as novas tendências, promovendo reestruturações em suas obras, adaptando-as às novas propostas, agora também novas necessidades de mercado. (FONSECA, 2004, p. 65)

Gilberto Cotrim (1991) aponta que, o ensino de História é extremamente valioso na conscientização dos alunos para com suas responsabilidades, na tarefa de construir um amanhã mais justo, mais livre e mais digno.

Em “*História do Brasil: para uma geração consciente*” de 1991, o capítulo oito trata do Regime Militar à Época atual. Na síntese sobre o processo histórico, introdução de cada conteúdo, destaca-se a imagem de um menino, vestindo a camisa do Brasil, caminhando em um lugar escuro segurando uma vela na mão, e ao fundo da imagem uma porta iluminada apontando o caminho.

Figura 5: Imagem ilustrativa sobre a Ditadura Militar



Fonte: História do Brasil: para uma geração consciente, COTRIM, São Paulo, 1991

Nitidamente, a imagem representa uma luz no fim do túnel para o Brasil, que passa agora pelo momento da reabertura política, iluminando anos sombrios da Ditadura. Essa imagem escolhida pelo autor, nos auxilia a entender sua interpretação sobre o tema, revelando uma crítica ao Regime da Ditadura Militar e a esperança na volta da democracia ao país.

No texto que segue a essa imagem, o autor desenvolve em sua narrativa uma explicação simples, porém direta sobre governo militar destacando aspectos como a economia e a sucessão de presidentes, finalizando com uma crítica a situação atual.

“(...) percorremos o caminho de um desenvolvimento desequilibrado, dependente e socialmente excludente. O lado excludente do desenvolvimento nacional revela-se na perversa situação de que padecem cerca de 60% da população brasileira: miséria, fome, falta de moradia, doenças evitáveis (...). Inflação, dívida externa, déficit público, corrupção da máquina administrativa, concentração de renda (...) muitos são os desafios, os entraves a serem vencidos para a superação dos históricos problemas que nos afligem.” (COTRIM, 1991, p. 87)

E termina seu texto reafirmando que: “O caminho para superar esses problemas, precisam ser construídos pela via democrática, na qual o povo possa andar com seus próprios pés. Participar da criação do seu próprio desenvolvimento.” (COTRIM, 1991, p. 76)

Em um breve balanço que realiza sobre o Regime Militar, Cotrim (1991) destaca as conquistas na modernização desenvolvidas pelo governo militar, citando o Setor da Infraestrutura, na Energia: com a Instalação de Hidroelétricas; no Transporte, com destaque para a Embraer; e na Comunicação, com a Embratel. Porém volta a destacar os problemas sociais do Brasil, como a Concentração de Terras; a Educação precária e o Analfabetismo, a Dominação do Capital Estrangeiro e a Inflação.

“Apesar desses avanços, a maioria do povo ficou sem ter acesso aos benefícios do progresso econômico, procurou-se modernizar o País mas o povo foi excluído do “desenvolvimento”, porque não melhorou suas condições de vida. Enquanto crescia o capitalismo excludente, crescia também a insensibilidade diante dos problemas sociais da maioria” (COTRIM, 1991 p. 206)

Sua narrativa, é construída destacando a figura de generais que estiveram à frente do período ditatorial, apresentando no texto um resumo suas principais ações, seguindo para uma breve explicação sobre o fim do Regime, o movimento das Diretas Já e a Reabertura política. Trabalha o tema Ditadura Militar, por um viés econômico, apresentando o modelo de desenvolvimento econômico a partir de 1964, explicando o “milagre econômico”, destacando aspectos como, a inflação e a dívida externa e realiza um breve balanço sócio econômico sobre o período.

Em sua narrativa, porém, não são citados fatos polêmicos ocorridos durante esse período, como a cassação de direitos políticos, as torturas, os assassinatos, os desaparecidos políticos. A narrativa, silencia sobre esses importantes acontecimentos ocorridos entre 1964 e 1985. Esse silenciamento, pode ser justificado pela proximidade dos fatos, já que o autor produz sua narrativa poucos anos após a reabertura política no Brasil. Somente seis anos separam sua produção, do término de um dos eventos mais traumáticos do país. Os autores dos manuais didáticos, se empenham em retratar os acontecimentos recentes em suas narrativas, tarefa essa carregada de desafios.

Em seu novo livro *“História e Reflexão: Mundo Contemporâneo e Brasil Contemporâneo”* editado e publicado em 1995, Cotrim traz uma explicação mais detalhada, ocupando 15 páginas do livro didático de 192 páginas, abordando temas

anteriormente silenciados e endurece a crítica a Ditadura Militar. Nesse livro, pela primeira vez, apresenta imagens de protestos contra o Regime Militar, destacando as pressões populares pedindo o fim da Ditadura e a volta da democracia.

Figura 6: Protesto pelo fim da Ditadura Militar.



Fonte: História e Reflexão: Mundo Contemporâneo e Brasil Contemporâneo. COTRIM, Saraiva, 1995

Em sua narrativa o autor volta a criticar o Regime Militar, agora de maneira mais enfática. Pela primeira vez, é citado casos de tortura e mortes de presos políticos. A censura também é denunciada assim como a repressão e a suspensão de direitos.

“A ditadura rompeu o diálogo com a sociedade. Silenciou o debate nacional que buscava soluções para nosso atraso. E passou a ditar regras para o país, cassou o direito de voto do cidadão e calou as oposições através da censura ou pela repressão policial. Muitos brasileiros foram mortos e torturados pela polícia nesse período” (COTRIM, 1995, p 163.)

Os Atos Institucionais, são destacados como o “Superpoder do AI-5 – símbolo máximo da autoridade”, demonstrando mais uma vez a crítica aos meios de atuação do Regime Militar. Sua narrativa no livro de 1995 difere-se da edição de 1991, onde os mesmos Atos são apenas apresentados.

Nesse livro didático de 1995, também pela primeira vez é citado a extinção dos partidos políticos e a criação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

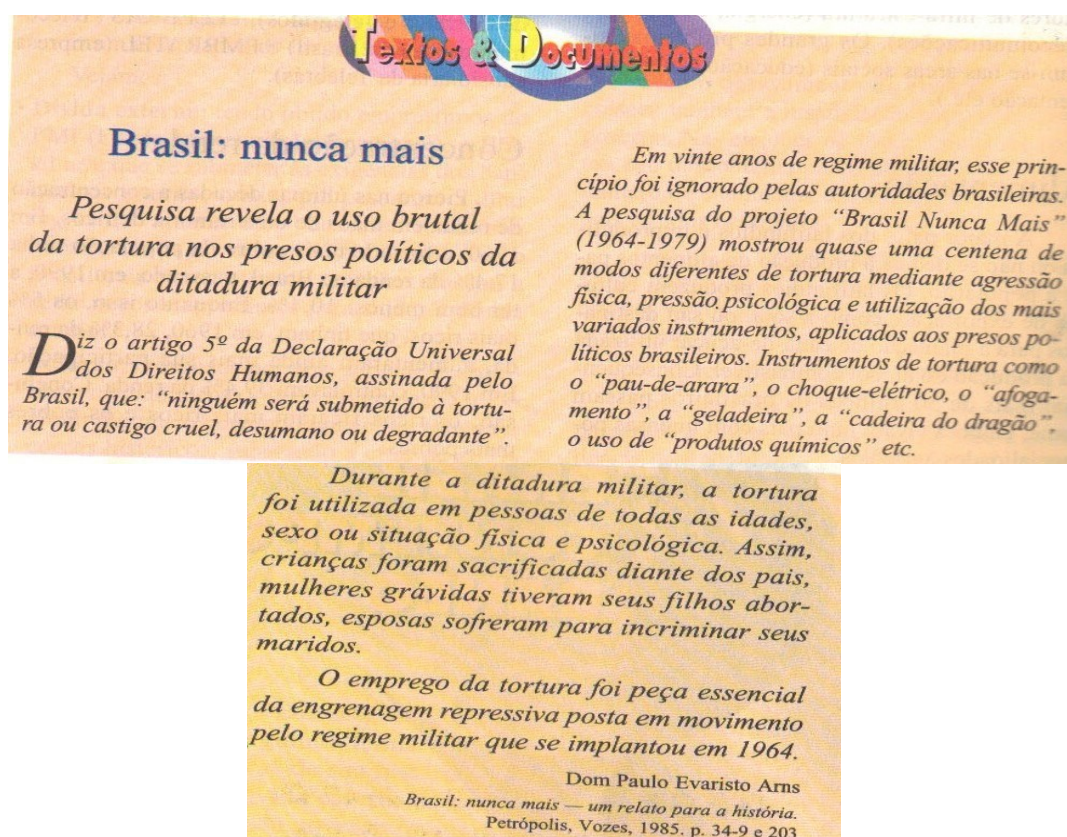
Outro ponto da narrativa a destacar é a descrição da Lei de Segurança Nacional, que segundo Cotrim (1995) enquadrava como inimigo da pátria aquele que se opunha à ditadura. Além disso, utilizava os termos linha dura ao se referir ao Presidente Militar Costa e Silva.

Cotrim endurece as críticas a esse período e denuncia os abusos de poder dos militares: “O governo Medici foi o campeão do poder ditatorial e da violência repressiva contra a sociedade” (Cotrim, 1995, p. 167)

Em sua narrativa o autor volta a descrever os problemas sociais do Brasil, como a Fantasia do Milagre Econômico, a Dívida Externa, Inflação, Desemprego, Concentração de Renda e a Educação. Enfatiza alguns pontos positivos como Transporte, Energia e Comunicação.

Ao final do capítulo é destacado um trecho do livro Brasil: nunca mais; que traz uma descrição de técnicas de torturas praticadas durante a Ditadura Militar.

Figura 7: Livro Brasil Nunca Mais em destaque no livro didático de 1995.



Fonte: História e Reflexão: Mundo Contemporâneo e Brasil Contemporâneo. COTRIM, Saraiva, 1995.

Com base na análise da narrativa desse livro didático de 1995, é possível perceber que o mesmo se diferencia dos demais, por abordar temas até então não abordados, e por sua descrição mais completa e direta sobre os anos de 1964 a 1985.

Dez anos distanciam o emblemático ano de 1985, ano da reabertura política do Brasil, e a publicação desse livro didático, e percebe-se como o assunto foi retrato de forma distinta durante esses anos. Diferente da sutileza do livro de 1991, que ainda respirava os ares da censura da ditadura, no livro de 1995, esse tema foi trabalhado de forma mais clara e direta, endurecendo a crítica a esse período repressor e comemorando a volta da democracia na esperança por dias melhores.

Nesse momento, os autores dos livros didáticos dispunham de maior liberdade de ação, como destaca Fonseca:

“Não mais havendo, legalmente, a obrigatoriedade do uso dos programas oficiais, os professores e os autores dos livros didáticos dispunham de maior liberdade de ação, o que contribui para maior ousadia na proposição de programas e de conteúdos para o ensino de História nas escolas” (FONSECA, 2004, p. 66)

Além da efervescência provocada pela nova proposta de ensino de História mais democrática e participativa, tanto no ensino secundário quanto no universitário, também o meio editorial foi sacudido, na medida em que as editoras de livros didáticos se apressaram em ter autores que preparassem novos materiais consoantes com o novo programa, numa corrida por um mercado cada vez mais significativo. (FONSECA, 2004)

A mudança de postura em relação a narrativa do autor, comprova a volta da liberdade de expressão e ação, frente a temas polêmicos. Enquanto, no livro editado em 1991, o autor procura explicar a Ditadura Civil Militar, por um viés econômico, destacando os presidentes e suas ações, e o modelo de desenvolvimento econômico; no livro de 1995, a abordagem sobre o tema destaca o meio social, realizando uma dura crítica ao período, denunciando os meios de repressão e tortura, e enfatizando a vontade popular pela volta da democracia com imagens de protestos da sociedade civil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a análise da narrativa dos livros didáticos do autor Gilberto Cotrim, percebe-se que o mesmo estava em consonância com a nova proposta pedagógica do Ensino de História, que se configurava entre os anos de 1985 e 1995. Em análise de sua narrativa nos livros didáticos direcionados a questão da fundamentação teórica, percebe-se a preocupação com a formação de um novo cidadão ativo/reflexivo, necessidade que surge naquele momento histórico de redemocratização do país.

Sua narrativa revela a influência do marxismo, em diversos pontos que perpassam todo seu texto, sendo construída sobre o viés político e econômico, apresentando uma divisão socioeconômico do mundo, entre Ricos e Pobres, Explorados e Exploradores, Burguesia e Proletariado, conceitos da teoria marxista. E ainda, trazendo para discussão e aprofundamento de estudo, autores com essa mesma base teórica.

A análise da interpretação narrativa do autor, sobre o tema Ditadura Militar, aponta a questão dos silêncios sobre assuntos polêmicos, como a repressão, torturas e mortes, no livro publicado em 1991. Isso nos revela, a relação existe entre a ocorrência dos fatos e a produção da narrativa, visto que, apenas seis anos separam o fim do regime com o ano de publicação dessa edição, e os silêncios de vinte e um anos do Regime Civil Militar, de alguma forma, ainda eram impostos. Postura essa que se modifica no livro publicado em 1995, no qual, a narrativa abordou os temas antes silenciados, trazendo uma postura crítica, reflexiva muitas vezes em tons de denúncia.

Em síntese, o livro didático tornou-se um instrumento importantíssimo para a consolidação e disseminação de uma memória histórica determinada, que por sua vez, marcou fortemente a representação de passado. Lembrando que, os livros didáticos existem dentro de um complexo contexto político e social e por se tratar de um livro de alta circulação, atinge tanto as escolas públicas quantos as privadas. Percebemos que este instrumento possui grande responsabilidade na formação de um cidadão e, portanto é imprescindível que o livro traga questões que faça o aluno pensar, refletir acerca do que está posto, interrogar as relações estabelecidas na sociedade, perceber que a história é algo construído nessas relações.

Acompanhando a trajetória do livro didático, é possível identificar também as memórias privilegiadas e silenciadas em seus desdobramentos. Findado o período da Ditadura Civil Militar e restabelecida a redemocratização no país, podemos identificar na análise dos livros dos diferentes anos, uma crescente liberdade de expressão e ação na construção da narrativa do autor Gilberto Cotrim.

Realizar uma análise comparativa das diferentes narrativas presentes nesses livros didáticos possibilita entender a história como um processo, e com isso, entender os diferentes interesses envolvidos na construção da história e, portanto, de uma memória social de determinado período. Analisar mudanças, rupturas e permanência nessas narrativas históricas é uma forma de construção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Programa nacional do livro didático – PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em 26/10/2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 5.692/71, de 11 e agosto de 1971. Diário Oficial da União, Brasília D.F.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília D.F.

BITTENCOURT, C.M.F (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Livros e Materiais Didáticos**. In: BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CHOPPIN, Allan. **História dos livros e das edições didáticas: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COTRIM, Gilberto. **EDUCAÇÃO PARA UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA. História e Filosofia da Educação**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

COTRIM, Gilberto. **HISTÓRIA GERAL: Para uma geração consciente**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

COTRIM, Gilberto. **HISTÓRIA DO BRASIL: Para uma geração consciente**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

COTRIM, Gilberto. **HISTÓRIA E REFLEXÃO**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. 2ed.Campinas, SP: Papyrus, 2003.

_____. **Caminhos da História Ensinada**. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

FONSECA, T.N.de L. **História e Ensino de História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAG, B., et. al. **O Livro didático em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

JESUS, N. M. et. al. **Ensino de História: trajetória em movimento**. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2007.

KARNAL, L. (org) **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2013.

NETTO, J.P. **O que é marxismo**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PINSKY, J. E PINSKY, C. B. **Por uma história prazerosa e consequente**. IN: Karnal, L. História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da Cidadania**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008

RODRIGUES, S. O. **Ensino de Sociologia em Debate. A lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional de 1971: O Ensino Médio no contexto autoritário da Ditadura Militar (1964-1985)**. 2012. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/pages/arquivos/2%20Edicao/SAMUEL%0%20ORIENT.%20ANGELA%20E%20LEIZI.pdf>. Acesso em 09/10/2015.

SARAIVA. Editora. **Biografia Gilberto Cotrim**. Disponível em: www.saraiva.com.br/gilbertocotrim. Acesso em 05/10/2015.

SILVEIRA, R.D. XXVIII Simpósio Nacional de História. **História do Tempo presente e livro didático: os sujeitos da Ditadura Militar nos livros didáticos de História**. Florianópolis 2005. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434405376_ARQUIVO_trabalho_anpuhdefinitivo.pdf. Acesso em 11/10/2015.